



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA  
XLIICOSAC**

(Estocolmo, 5 e 6 de Outubro de 2009)

**Membros da Delegação:** Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Pais Antunes (PSD) e Deputados Isabel Pires de Lima (PS), Jacinto Serrão (PS) e Pedro Duarte (PSD). A Delegação foi acompanhada pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Cristina Neves Correia e pela representante permanente da Assembleia da República (AR) junto da União Europeia (UE), Maria Teresa Paulo.

A XLII COSAC debateu os seguintes temas:

***Ponto 1: Sessão de Boas - Vindas***

O Presidente do Parlamento sueco, Per Westberg deu as boas-vindas a todos participantes, com uma particular referência às delegações da Islândia e Noruega, convidadas especiais da reunião. Congratulou-se com o resultado positivo do referendo irlandês sobre o Tratado de Lisboa, cujo texto reforça dos poderes dos Parlamentos nacionais na construção da União Europeia. Recordou que, cada vez mais, os assuntos europeus são assuntos internos e que o aprofundamento da integração europeia implica o envolvimento crescente dos Parlamentos nacionais no projecto europeu, como forma de lhe conferir legitimidade democrática.

***Ponto 2: Sessão de Abertura e adopção da agenda da XLII COSAC***

- ✓ ***Adopção da Agenda da XLII COSAC;***
- ✓ ***Apresentação do 12.º Relatório Bianual;***
- ✓ ***Testes de Subsidiariedade;***
- ✓ ***Propostas de temas a agendar em 2010.***

A reunião foi presidida pela Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento sueca, Deputada Anna Kinberg Batra que, saudando as delegações e recordando que se celebrava o 20.º aniversário da COSAC, deu início à reunião. Antes da Ordem do Dia, foi solicitada a palavra pelos Presidentes de algumas Delegações, a saber:

O Presidente da Delegação da Islândia, Árni Thor Sigurdson referiu-se à recente candidatura à adesão do seu país à UE, mencionando que o seu país poderia dar um contributo à União, sobretudo, nas áreas das energias renováveis, pesca sustentável, políticas ambientais e gestão do Ártico.

Bernard Durkan, Presidente da Delegação irlandesa, salientou o resultado do referendo irlandês ao Tratado de Lisboa, de 2 de Outubro, bem como o facto de mais de 95% dos Deputados irlandeses estarem de acordo com o Tratado de Lisboa. Agradeceu aos representantes das instituições



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

européias o apoio nas negociações sobre as garantias irlandesas, durante a campanha para o referendo. Concluiu, referindo que uma das lições aprendidas com o referendo foi que os parlamentares deverão estar sempre preparados para ouvir os cidadãos. Expressou a sua vontade no sentido de se intensificar a cooperação interparlamentar, nomeadamente no âmbito da COSAC.

Luděk Sefzig, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado checo, recordou que o texto do Tratado de Lisboa havia sido já aprovado pelas duas câmaras checas. No entanto, um grupo de 17 Senadores havia suscitado novo exame constitucional ao Tribunal Constitucional, o que impedia o Presidente checo de assinar o Tratado, concluindo o processo de ratificação. Expressou, ainda, o desejo de que a decisão do Tribunal fosse célere, de forma a concluir os processos de ratificação em todos os Estados-membros.

Igualmente sobre a questão da ratificação, tomou a palavra o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Senado polaco, Edmund Wittbrodt, informando os presentes que o Presidente polaco iria assinar o Tratado nos dias subsequentes.<sup>1</sup>

Terminadas as intervenções de antes da ordem do dia, foi adoptada, por consenso, a agenda da XLII COSAC.

No que concerne à apresentação do 12.º Relatório Bianual, a Deputada Anna Kingberg Batra agradeceu ao Secretariado da COSAC a elaboração do documento, mencionando que os dois temas nele abordados seriam objecto de discussão no dia seguinte e que a informação nele contida consistia numa boa base para a referida discussão.

Iniciado o debate sobre os testes de subsidiariedade, este ocorreu em duas vertentes distintas:

- ✓ Análise dos resultados do teste de subsidiariedade efectuado em relação à iniciativa da Comissão Europeia sobre a *proposta de Decisão - quadro sobre o direito de interpretação e tradução em processos criminais (COM 338 de 2009)*, que decorreu entre 20 de Julho e 14 de Setembro de 2009;
- ✓ Reflexão sobre os moldes futuros em que os testes de subsidiariedade deveriam ocorrer.

No que concerne ao teste em análise, a Presidência da COSAC, reportando-se aos resultados do teste, referiu que a maioria dos Parlamentos que participou no teste, considerou que a proposta respeitava o princípio da subsidiariedade. Três câmaras pronunciaram-se em sentido contrário: o Bundesrat austríaco, a Houses of the Oireachtas irlandesa e a Kamra tad-Deputati Maltesa. Foi ainda criticada a fundamentação da Comissão Europeia sobre a conformidade da proposta com o princípio da subsidiariedade, por falta de indicadores qualitativos e quantitativos que justificassem a necessidade da proposta, crítica essa espelhada no ponto 2.2. das Conclusões da reunião.

A Presidência anunciou ainda que, de acordo com as decisões de anteriores reuniões da COSAC, bem como da troika presidencial, o teste de subsidiariedade subsequente deveria incidir sobre a *proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a lei aplicável, jurisdição e*

---

<sup>1</sup> A assinatura ocorreu já, à data de conclusão do presente relatório, a 10 de Outubro de 2009.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

*reconhecimento de decisões e medidas administrativas na área das sucessões e testamentos*<sup>2</sup>. Esta decisão foi confirmada pelo plenário da XLII COSAC.

A Deputada Anna Kingberg Batra referiu-se, ainda, à questão da pertinência da continuação dos testes de subsidiariedade coordenados no âmbito da COSAC. Tendo em conta que ainda se encontravam processos de ratificação do Tratado de Lisboa pendentes, defendeu que esse debate deveria ser retomado pela Presidência espanhola. Quanto a este ponto, intervieram diversos oradores. Alguns defenderam a continuação da reflexão da COSAC com questões de subsidiariedade, outros manifestaram-se em sentido contrário, opinando no sentido da COSAC centrar o seu debate em questões que preocupem mais os cidadãos. Miguel Arias Cañete, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Congresso de los Diputados, em nome da futura Presidência defendeu que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o controlo apropriado do princípio da subsidiariedade passaria a ser uma tarefa permanente para os Parlamentos nacionais. Acrescentou que a Presidência espanhola pretendia abrir o debate sobre o papel da COSAC nessa actividade, nos termos do Tratado de Lisboa e a cooperação entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Acrescentou ainda, que haveria um questionário de suporte à preparação do referido debate e que a discussão começaria na COSAC de Presidentes, a 5 de Fevereiro e continuaria na XLIII COSAC.

A Presidente Anna Kingberg Batra encerrou o debate, não sem antes aludir às conclusões do Grupo de Trabalho dos Representantes Permanentes dos Parlamentos nacionais junto da UE, sobre a implementação do Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa, sobre a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.<sup>3</sup>

Em relação aos temas a discutir no âmbito da COSAC, em 2010, nos termos do ponto 7.1. do Regulamento da COSAC, as Delegações apresentaram diversas propostas: a continuação dos testes coordenados de controlo da subsidiariedade; a continuação dos debates sobre o controlo parlamentar da Europol e Eurojust; a reforma do orçamento comunitário; a implementação pelos Parlamentos nacionais sobre o direito de intentar acções sobre o incumprimento do princípio da subsidiariedade de uma iniciativa legislativa perante o Tribunal de Justiça, no âmbito do Tratado de Lisboa.

### ***Ponto 3: A Presidência sueca do Conselho da União Europeia***

Os pontos 3 e 4 da reunião ocorreram na presença de Sua Majestade, a Princesa Vitória da Suécia.

O Primeiro-ministro sueco, Frederik Reinfeldt, manifestou a sua satisfação face ao resultado do referendo irlandês sobre o Tratado de Lisboa e referiu que seria necessário aguardar a decisão do Tribunal Constitucional checo, sobre um recurso interposto por um grupo de Senadores, para que o se pudesse concluir o processo de ratificação do Tratado de Lisboa naquele país.

---

<sup>2</sup> Esta iniciativa foi entretanto já transmitida pela Comissão Europeia, aguardando-se a tomada de posse das novas comissões parlamentares, para se dar início ao processo de análise da sua conformidade com o princípio da subsidiariedade. O prazo de oito semanas para a referida análise termina a 17 de Dezembro.

<sup>3</sup> Este Grupo de trabalho foi criado durante a Presidência eslovena e as suas conclusões foram debatidas na XL COSAC, em Paris, em Outubro de 2008. A AR participou nos trabalhos, através da sua Representante junto da UE, Dr.ª Maria Teresa Paulo.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O Presidente do Conselho em exercício referiu-se, ainda, ao dossier das alterações climáticas, sublinhando a importância de se chegar a um acordo global na Conferência de Copenhaga, em Dezembro de 2009, sobre novas metas ambientais, nomeadamente ao nível das emissões de CO<sub>2</sub>, bem como sobre a ajuda económica a prestar aos países em vias de desenvolvimento para que estes possam cobrir os custos inerentes ao cumprimento das metas para 2020.

No que concerne à crise económica e financeira, foram apresentados os resultados da reunião do G20, a 25 de Setembro, que incluem um quadro de políticas e acções conjuntas capazes de gerar um crescimento global forte e sustentável. Foi ainda referido que o Conselho Europeu deveria debater as regras de supervisão macro e micro do sistema financeiro internacional, bem como os estímulos à economia europeia e o alto nível de endividamento.

Foi ainda abordado o tema do alargamento, em especial no que concerne ao acordo entre a Croácia e a Eslovénia sobre o seu diferendo fronteiriço, bem como o pedido de adesão da Islândia. Foi também mencionada a realização da cimeira do Mar Báltico, no próximo mês de Dezembro.

À intervenção do Primeiro-ministro sueco seguiu-se uma fase de debate, onde foram abordados diversos temas, em especial a necessidade de se terminar rapidamente o processo de ratificação do Tratado de Lisboa em todos os Estados-membros e a sua consequente entrada em vigor.

### *3. O desafio do clima*

Este ponto da reunião iniciou-se com uma alocução do Ministro do Ambiente sueco, Andreas Carlgren, na qual sublinhou as expectativas da UE em relação à Cimeira de Copenhaga, bem como os progressos no domínio ambiental, registados no seio das Nações Unidas. Referiu a dificuldade e lentidão de todo o processo de negociação de redução de emissões, bem como na busca de acordo em relação às fontes de financiamento das medidas destinadas ao combate às alterações climáticas, a fim de se conseguir chegar às metas definidas para 2020. De acordo com o ponto de vista expresso, o acordo de Copenhaga deveria ser um acordo global (e não parcial) e incluir três requisitos: um limite do aumento global da temperatura num máximo de 2.°C; incluir o compromisso de todos os países e; ser suficientemente flexível para incorporar os futuros avanços científicos. Salientou a importância da colaboração de todos os envolvidos, em especial, a China, o Japão, os EUA e a Índia.

Seguiu-se uma fase de debate com as delegações, em que foram focados temas como a posição dos Estados Unidos, a ligação entre a política do ambiente e a política de transportes, a possibilidade de instaurar uma taxa de carbono ao nível da União Europeia e a transferência de tecnologias e o apoio financeiro aos países em vias de desenvolvimento.

A Delegação portuguesa participou no debate, através de uma intervenção do **Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD)** que, salientando ser correcto o estabelecimento de metas ambientais, sublinhou que o debate não se deveria cingir à consecução das referidas metas. Efectivamente, com a actual tecnologia, existe um limite para que as energias renováveis possam substituir a energia fóssil. Neste contexto, indagou se os Estados não deveriam financiar a investigação de novas tecnologias nesta área, através de investimento público, complementar às medidas para o cumprimento das actuais metas ambientais. Esta questão foi igualmente abordada por outros



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

intervenientes no debate, tendo o Ministro do Ambiente sueco referido que, embora concordando com o investimento público para investigação e desenvolvimento de nova tecnologia, a prioridade era utilizar as tecnologias já existentes, bem como a obtenção de um acordo político em Copenhaga.

### ***5. Reunião dos Presidentes das Delegações***

A reunião dos Presidentes das delegações iniciou-se com a nomeação do membro permanente do Secretariado da COSAC, tendo sido reconduzida Loreta Raulinaityte, funcionária do Parlamento lituano, que deverá exercer funções até 31 de Dezembro de 2011. A Presidente da COSAC em exercício agradeceu ao Parlamento lituano a disponibilização da funcionária e expressou o seu apreço em relação ao trabalho por ela desenvolvido até aquele momento. Informou que mais de metade dos Parlamntos (incluindo a AR) se havia já comprometido ao co-financiamento das despesas de expediente do Secretariado e do sítio da COSAC na internet até Dezembro de 2011 e convidou os restantes Parlamntos a assumir idêntico compromisso.

De seguida, foram debatidos os diversos pontos do Contributo e Conclusões e respectivas propostas de alteração, cujos textos finais viriam a ser aprovados no dia seguinte.

### ***6. Abertura e transparência nas instituições da União Europeia e nos Parlamntos nacionais, no âmbito dos assuntos europeus***

Este ponto da reunião iniciou-se com a intervenção de dois oradores convidados: Margot Wallström, Vice-presidente da Comissão Europeia e M. von Sydow, Deputado e ex-presidente do Parlamento sueco.

A Vice-presidente da Comissão Europeia iniciou o seu discurso com uma referência ao resultado do segundo referendo irlandês ao Tratado de Lisboa, que havia demonstrado que era necessário estar mais atento e mais próximo dos anseios dos cidadãos. Acrescentou que os cidadãos têm direito à abertura e transparência, bem como ao acesso aos documentos e à utilização de uma linguagem clara e compreensível da parte das instituições europeias. Neste âmbito, referiu que a Comissão Europeia se encontrava a rever e a melhorar as regras do Regulamento 1049/2001 sobre transparência, uma ferramenta mais utilizada por advogados e jornalistas do que pelos cidadãos em geral. Enquanto instituição que pretende dar o exemplo ao nível da transparência, a Comissão passará a incluir, em todos os seus documentos estratégicos e iniciativas prioritárias, um “sumário do cidadão”, numa linguagem acessível.

M. von Sydow referiu-se às diferentes tradições nacionais em matéria de abertura e transparência dos trabalhos parlamentares. Salientou a cada vez maior abertura e facilidade de acesso à documentação das instituições europeias, embora essa transparência seja, por vezes prejudicada pelo processo de decisão no Conselho. Referindo-se ao desinteresse dos cidadãos pela política europeia, o orador reflectiu se algum dia esta assumirá um carácter verdadeiramente parlamentar, com clivagem esquerda/direita, o que centraria a atenção nessa clivagem e não nos interesses diferentes dos Estados-membros.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Após a intervenção dos oradores seguiu-se uma fase de intervenções das delegações e debate, na qual participou o **Vice-Presidente da CAE, Senhor Deputado Luís Pais Antunes (PSD)**. Na sua intervenção, o Presidente da Delegação portuguesa sublinhou que a crescente abertura e transparência das instituições europeias não tem aproximado os cidadãos da União Europeia. Tal deve-se a uma preocupação com o processo, ao invés de um enfoque na explicação dos conteúdos em debate. A este propósito recordou que, desde que os Conselhos passaram a ser públicos, se transformaram em meros espectáculos mediáticos.

### **7. O Programa de Estocolmo**

O debate iniciou-se com a apresentação das principais linhas de orientação do Programa de Estocolmo, a cargo de Beatrice Ask, Ministra da Justiça e Tobias Billström, Ministro para a Migração e Política de Asilo.

De acordo com a Ministra da Justiça, o Programa de Estocolmo foi uma das prioridades eleitas pela Presidência sueca do Conselho da UE. Lembrou que o ponto de partida para a execução do Programa havia sido lançado no passado mês de Junho, através de uma Comunicação da Comissão Europeia<sup>4</sup> e referiu o largo consenso existente em relação aos principais pontos nele vertidos. Mencionou que as primeiras áreas de actuação seriam o combate ao terrorismo e o tráfico de órgãos e de crianças.

No que concerne às questões da imigração, o ministro Tobias Billström referiu que o “Pacto sobre Asilo e Migração”, adoptado pelo Conselho Europeu de Outubro de 2008, impulsionou os avanços nesta área. O objectivo desta política consiste em tornar a imigração um factor benéfico e de desenvolvimento para todos os intervenientes. Referiu-se, igualmente, à necessidade de cooperação entre todos os Estados-membros, no combate à imigração ilegal.

Na fase de intervenções e debate participou o **Senhor Deputado Jacinto Serrão (PS)**. Salientando a relevância dos três valores a preservar no âmbito do Programa de Estocolmo (Liberdade, Segurança e Justiça), bem como a importância da cooperação e garantia do controlo democrático no desenvolvimento destas políticas, colocou algumas questões aos oradores. Pretendeu saber, porque não estava ainda implementado a 2.<sup>a</sup> geração dos Sistemas de Informação Schengen e como vai ser feito o controlo democrático do sistema swift. Colocou, ainda, uma questão referente ao Passenger’s Name Record (PNR), em que cada Estado-membro se encontra a aplicar de forma diferente os critérios de aplicação e se não seria melhor ter critérios uniformes para todos. Por fim, no que concerne às migrações, pretendeu saber se foram tidas em conta os Pareceres dos Parlamentos nacionais no Programa de Estocolmo.

Na fase de resposta às intervenções, a Ministra da Justiça lamentou a demora da transferência do SIS I para o SIS II, informando que não havia, ainda, previsão de conclusão do referido processo de

---

<sup>4</sup> COM (2009) 262 final - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Um espaço de liberdade, de segurança e de justiça ao serviço dos cidadãos, sobre o qual a AR se pronunciou oportunamente, através de Parecer da 1.<sup>a</sup> CACDLG e 4.<sup>a</sup> CAE, ambos da autoria da Deputada Ana Catarina Mendes (PS).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

transferência. Em relação ao swift, e através da empresa europeia que recolhe dados sobre transacções financeiras para fins terroristas, estão actualmente em curso negociações entre a Europa e os Estados Unidos, sobre quem deverá deter os dados do swift.

Quanto ao PNR, reconheceu que existem, de facto, diferenças entre os Estados-membros e que, tendo havido uma proposta de sistema comum, aquando da Presidência francesa, não havia sido possível entrar em acordo. Por fim foi recordado que se tratam de processos morosos e delicados e as questões de segurança não podem transformar a Europa num *Big Brother*.

**8. Adopção do Contributo e Conclusões da XLII COSAC**

O Contributo e Conclusões da XLII COSAC, em anexo ao presente relatório, foram aprovados por consenso.

**9. Nota Final**

Como nota final ao presente relatório, cumpre ainda referir que, à margem da reunião, fomos abordados pela Delegação turca, que reiterou o convite para que a CAE visite a sua congénere turca. Fomos igualmente contactados pela Delegação romena, que manifestou interesse em visitar o Parlamento português, em retribuição da visita feita pela CAE em Julho de 2007.

Fica, assim, a presente nota, para informação e decisão da Comissão de Assuntos Europeus da XI Legislatura.

O Vice-Presidente da Comissão

(Luís Pais Antunes)

**Anexos:**

- 1 - Programa;
- 2 - Conclusões da Reunião e Contributo da COSAC para as Instituições Europeias;

**NOTA:** Outra documentação de suporte à reunião (nomeadamente os discursos de alguns oradores e o 12º Relatório bianual) poderá ser consultada no sítio da COSAC, no endereço desta reunião:  
<http://www.cosac.eu/en/meetings/stockholm/ordinary/>



XLII/XLIIème COSAC 

Stockholm 4–6 October/octobre 2009

# Draft Programme of XLII COSAC (as of 21 September 2009)

English

SVERIGES   
RIKSDAG 



## Sunday 4 October

Arrival of delegations

**12.00-** Registration at hotels

**20.00** *Clarion Hotel Sign, Östra Järnvägsgatan 35  
Scandic Sergel Plaza, Brunkebergs torg 9*

**16.00** Departure by bus from Clarion Hotel Sign for participants in the Troika Meeting  
*Walking time approx. 20 min.*

Departure on foot from Scandic Sergel Plaza for participants in the Troika Meeting  
*Walking time approx. 5 min.*

**16.15** **COSAC Troika Meeting**

*The Riksdag, Skandiasalen, entrance: Mynttorget 1*

**17.30** Departure by bus from hotels and from the Troika meeting to the Stockholm City Hall  
*Ragnar Östbergs Plan 1  
Walking time from Clarion and Scandic approx. 20 min.*

**18.00** **Welcome reception** given by the City of Stockholm and hosted by Mr Hadar Cars, 2<sup>nd</sup> vice President of the Stockholm City Council  
*Stockholm City Hall, the Golden Hall*

**20.00** Departure of buses to the hotels

## 2 Programme

### Monday 5 October

**08.00** Departure by bus from Clarion Hotel Sign for participants in meetings of political groups  
*Walking time approx. 20 min.*

Departure on foot from Scandic Sergel Plaza for participants in meetings of political groups  
*Walking time approx. 5 min.*

**08.15** Registration of not yet registered participants  
*The Riksdag, East Wing, entrance: Riksplan*

**08.30** **Meetings of political groups**  
*The Riksdag, various meeting rooms, separate information will be provided*

**08.45** Departure by bus from Clarion Hotel Sign

Departure on foot from Scandic Sergel Plaza

**09:30** **Welcoming address**  
Mr Per Westerberg, Speaker of the Riksdag  
*The Riksdag, the Chamber*

**Opening session**

Ms Anna Kinberg Batra, Chairperson of the Committee on European Union Affairs

- **Adoption of the Agenda** of XLII COSAC
- **Presentation of the 12th Bi-annual Report**
- **Subsidiarity checks**
  - proposal for a Council Framework Decision on the right to interpretation and translation in criminal proceedings (COM(2009)338 final)
  - proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the applicable law, jurisdiction and recognition of decisions and administrative measures in the area of successions and wills
- **Proposals for subjects to be dealt with in 2010**  
(according to article 7.1 of the COSAC Rules of Procedure)

**10.30** Coffee break

*Her Royal Highness, the Crown Princess Victoria of Sweden is attending the meeting between 11.00 and 16.00. The participants are kindly asked to be seated by 11.00 sharp, and to rise upon HRH's arrival and departure.*

## 4 Programme

**11.00 State of play of the Swedish EU Presidency**

Mr Fredrik Reinfeldt, Prime Minister

Debate

**12.30** Family photo followed by buffet lunch

**14.00 The climate challenge**

Mr Andreas Carlgren, Minister for the Environment

Debate

**16.00** End of session, departure by bus for Clarion Hotel Sign and on foot for Scandic Sergel Plaza

**16.15 Chairpersons' meeting**

Ms Anna Kinberg Batra

- Contribution and Conclusions of the XLII COSAC
- Appointment of the Permanent member of the COSAC Secretariat and state of play of the co-financing issue.

At the end of Chairperson's meeting, departure by bus for Clarion Hotel Sign and on foot for Scandic Sergel Plaza.

**19.15** Departure by bus from the hotels for the Vasa Museum

**19.30 Dinner at the Vasa Museum** hosted by Mr Per Westerberg,  
Speaker of the Riksdag

*Galärvarvsvägen 14*

**22.30** Departure of buses to the hotels

**Tuesday 6 October**

**08.30** Departure by bus from Clarion Hotel Sign

Departure on foot from Scandic Sergel Plaza

**09.00** **Openness and transparency in the EU institutions and in the national parliaments when handling EU matters**

Ms Margot Wallström, Vice President of the European Commission

Mr Björn von Sydow, PhD, former Speaker of the Riksdag, Member of the Riksdag

Debate

**10.30** **The Stockholm programme**

Ms Beatrice Ask, Minister for Justice

Mr Tobias Billström, Minister for Migration and Asylum Policy

Debate

**12.15** **Adoption of the contribution and conclusions of XLII COSAC**

**12.45** **Lunch**

End of meeting

**Conference of Community and European Affairs Committees of  
Parliaments of the European Union (COSAC)  
CONCLUSIONS OF THE XLII COSAC  
Stockholm, 4–6 October 2009**

**1. The Treaty of Lisbon and the role of national parliaments**

1.1 Reiterating its support for the Treaty of Lisbon, COSAC welcomes the clear and positive result of the Irish referendum on 2 October 2009, which opens up for a rapid conclusion of the ratification process.

1.2 In light of the prospects for an early entry into force of the Treaty of Lisbon, COSAC sees no need at this point to decide on further pilot exercises concerning subsidiarity checks. COSAC calls on the incoming Spanish Presidency to reflect on possible forms of future parliamentary cooperation in this regard. COSAC recalls in this context the conclusions of the XL COSAC in Paris on the cooperation between national parliaments on the scrutiny of the application of the principles of subsidiarity and proportionality. It notes the need to consolidate well-functioning procedures with the European Union Institutions.

Referring to the conclusions of the XLI COSAC in Prague on the parliamentary oversight of Europol and evaluation of Eurojust, COSAC welcomes the upcoming Joint Parliamentary Meeting co-organised by the European Parliament and the Swedish *Riksdag*. COSAC further calls on the incoming Spanish Presidency to give priority to continuing the discussion on this matter.

**2. Evaluation of the subsidiarity check**

2.1 COSAC welcomes the result of the coordinated subsidiarity check on the Proposal for a Council Framework Decision on the right to interpretation and to translation in criminal proceedings (COM (2009) 338). Within the agreed 8-week deadline the check was carried out by 21 parliaments and parliamentary chambers from 17 Member States. A number of parliaments concluded the check after the deadline. Two parliaments and one parliamentary chamber found the Proposal to be in breach of the principle of subsidiarity.

COSAC underscores that the parliamentary recess was the main difficulty for a number of parliaments in completing the subsidiarity check on time. Therefore COSAC reiterates its conclusions from Paris and Prague and welcomes the informal commitment from the European Commission to deduct the 4 weeks of the month of August from the calculation of the deadline for receipt of reasoned opinions.

2.2 COSAC notes that parliaments found that a drawback of the Proposal was its justification on the grounds of compliance with the principle of subsidiarity. The justification was considered too general, lacking quantitative or qualitative indicators to substantiate the need for the Proposal. Some parliaments were not convinced about the added value of the Proposal in relation to the provisions of the European Convention on Human Rights and the case law based on it.

2.3 The COSAC Chairpersons decided at their meeting in Paris on 7 July 2008 that a subsidiarity check should be conducted on the Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the applicable law, jurisdiction, recognition of decisions and administrative measures in the area of succession and wills. This check will begin when the

proposal has been adopted by the Commission; the adoption is scheduled for 14 October 2009.

2.4 COSAC notes with satisfaction that the coordinated subsidiarity checks have generally proved to be useful as a complement to the parliamentary scrutiny undertaken by each parliament. The coordinated checks have also been helpful in preparing parliaments for participation in the subsidiarity checks to be conducted under the provisions of the new Treaty.

### **3. Bi-annual report**

3.1 COSAC welcomes the Twelfth Bi-annual Report prepared by the COSAC Secretariat. It is an important source of information on the level of openness and transparency of the procedures applied by parliaments in the European Union matters and on the workings of parliamentary scrutiny when it comes to a major policy action plan such as the Stockholm Programme.

### **4. Appointment of the Permanent Member of the COSAC Secretariat**

4.1 At the meeting of the COSAC Chairpersons in Stockholm on 6 July 2009, it was agreed that a decision on the appointment of the permanent member of the COSAC Secretariat for the period until 31 December 2011 should be taken in Stockholm on 5 October 2009.

4.2 COSAC welcomes the decision of the Chairpersons on 5 October 2009 to re-appoint Ms Loreta Raulinaitytė as the permanent member of the COSAC Secretariat for the second term. Ms Raulinaitytė has won appreciation as a competent and efficient member of the COSAC Secretariat. COSAC thanks her for her readiness to continue her work in the secretariat and the *Seimas* of the Republic of Lithuania for renewing its commitment to facilitating and funding her secondment to the post.

4.3 In this context, COSAC recalls the decision at the meeting of the COSAC Chairpersons on 6 July 2009 that the present scheme on co-financing of the post of the permanent member of the COSAC Secretariat and the costs of running COSAC's office and website should be continued until 31 December 2011. The Chairpersons further agreed that all national parliaments should be invited to send a letter of intent to the COSAC Presidency indicating their willingness to continue their participation in the scheme until that date. COSAC welcomes that letters of intent from 17 national parliaments have already been submitted and calls upon the remaining national parliaments to send their letters of intent before the end of 2009.

4.4 Moreover, COSAC expresses its gratitude to the European Parliament for continuing to provide the COSAC Secretariat with suitable office facilities at its premises in Brussels.

### **5. Subjects to be dealt with in 2010**

5.1 COSAC takes note of the proposals put forward at XLII COSAC on issues to be dealt with in 2010 and calls on the incoming Spanish and Belgian Presidencies to take these proposals into due account.

**Conference of Community and European Affairs Committees of  
Parliaments of the European Union (COSAC)  
CONTRIBUTION OF THE XLII COSAC  
Stockholm, 4–6 October 2009**

## **1. Institutional issues and the Treaty of Lisbon**

1.1 Having reached its 20<sup>th</sup> anniversary, COSAC is pleased to have its role enhanced as a forum for parliamentary cooperation and a place for the expression of deliberative democracy within the European Union, giving more possibilities for national parliaments to have a dialogue with the EU Institutions and to make any appropriate contribution to the European Parliament, the Council and the Commission.

1.2 Noting the progress achieved during the past 5 years in developing cooperation between national parliaments and the European Union Institutions, COSAC wishes to thank Ms Margot Wallström, Vice-president of the European Commission, for her dedicated work towards this end.

1.3 Given the approval of the Treaty of Lisbon by all chambers of the European Union national parliaments after due deliberation and debate, although pending formal approval by the Irish chambers, following the referendum on 2 October 2009, COSAC holds that the democratic legitimacy of this process cannot be questioned and should be recognised by all parties. While respecting the constitutional requirements of all Member States, COSAC calls for the entry into force of the Treaty of Lisbon as soon as possible.

COSAC looks forward to cooperation with the European Union Institutions as reconstituted under the Treaty. COSAC welcomes the strengthened role of national parliaments laid down in the Treaty and emphasises the importance of the full, immediate and efficient implementation of the new Treaty once it comes into force, observing the time period set out in the Treaties to allow for full and effective scrutiny by national parliaments and by the European Parliament.

1.4 COSAC underlines the importance of establishing well-functioning procedures between the European Union Institutions and national parliaments for the subsidiarity checks and for the parliamentary oversight of Europol and evaluation of Eurojust. In this context, COSAC reiterates the contribution of the XLI COSAC in Prague.

1.5 COSAC stresses that openness and accessibility remain crucial for the sense of participation of European citizens. Increased transparency in the European Union Institutions as well as in national parliaments is an important element in gaining acceptance of European Union measures.

## **2. The economic and financial crisis**

2.1 COSAC notes that, while there are hopeful signs of recovery, it remains necessary to continue dealing with the financial and economic crisis, safeguarding longer-term growth and employment potential. The effects of the current decline have to be mitigated and measures promoted that facilitate a rapid yet sustainable recovery. Further efforts are necessary to improve the functioning of credit and capital markets. In the long term, Europe



needs a renewed strategy for sustainable growth and employment - a revitalised Lisbon Strategy to transform the Union into an economy ready to reap the benefits of globalisation, while meeting the social and environmental challenges it presents. Efforts to prevent and limit job losses should take the form of measures with a sustainable positive effect on employment.

2.2 COSAC supports the European Council's response to the crisis in the conclusions of its June 2009 meeting and welcomes the comprehensive preparations, with the extra informal summit on 17 September 2009, for the G20 meeting in Pittsburgh on 24 September 2009.

2.3 COSAC notes with satisfaction that thorough preparations enabled the European Union to play an active role in Pittsburgh. The Union contributed to a result which constitutes a step forward on the main features of a common regulatory framework and a more sustainable financial system, including measures countering unsound bonus practices.

2.4 COSAC welcomes the Commission's recent proposals on a new architecture for European financial supervision and underlines that the intended rapid conclusion of the negotiations should not hamper the necessary parliamentary scrutiny.

2.5 With a view to the upcoming European Council on 29–30 October 2009, COSAC reiterates its warning against any kind of economic protectionism. Openness of world markets and a successful conclusion of the Doha Round remain one of the keys to overcoming the global crisis.

### **3. The Climate challenge – the road to Copenhagen**

3.1 COSAC reiterates its conviction that the economic situation must not lead the European Union to lower its ambitions in terms of sustainable development and the climate strategy as adopted by the European Council. This includes being ready to give its fair share to supporting the least developed countries in their efforts to cut carbon emissions and contribute to the fight against climate change. An effective and sustainable architecture for financing this fight against climate change is essential.

3.2 The negotiations relating to the UN Climate Conference – COP15 – in Copenhagen in December 2009 are extremely complex. COSAC welcomes in general the strengthening of the European Union as a global actor and notes with satisfaction that the Union stands out as an ambitious, decisive and influential party to the Climate negotiations. The outcome of the Pittsburgh summit underlines that it is necessary for the European Union to keep a leading role in the run-up to and during the Climate Summit. COSAC urges all the European Union Institutions and Member States to contribute towards creating a strong platform for this leading role.

### **4. The Stockholm Programme**

4.1 COSAC notes that the Eurobarometer and other opinion polls suggest that citizens expect European initiatives in the area of freedom, security and justice. This includes asylum and immigration policy as well as the fight against human trafficking and other cross-border crimes. Stressing that citizens should be at the heart of the new multi-annual

programme, COSAC emphasises the need to keep the balance between law enforcement measures and measures to safeguard individual rights and the rule of law.

4.2 COSAC notes that these areas of fundamental importance to European citizens are at the core of parliaments' responsibility. COSAC emphasises the importance of parliamentary scrutiny and active participation during the negotiations of the Stockholm Programme and of all parts and elements to be decided subsequently, noting that the broad Programme is scheduled to be adopted by the European Council on 10–11 December 2009.

## **5. Regional strategies and neighbourhood policy**

5.1 The proposed Strategy for the Baltic Sea Region aims not only at tackling the region's ecological and other specific challenges, but also at serving as a pilot project for macro-regional strategies. The model could in the future be applied in other regions with their regional challenges, such as the Danube region. COSAC looks forward to the scheduled adoption of the Baltic Sea Strategy by the European Council on 29–30 October 2009.

5.2 COSAC reiterates its long-term support for the European Neighbourhood Policy, including the Eastern Dimension. COSAC welcomes the meeting to be organised by the Committee on Foreign Affairs of the Swedish *Riksdag* on 21 October 2009 regarding the shaping of the parliamentary dimension of the Eastern Partnership.

5.3 COSAC also reiterates its support for the establishment of the Union for the Mediterranean as an essential tool for ensuring peace, stability and security in the Mediterranean Area and in the Middle East, notably for addressing immigration and energy.

## **6. Enlargement**

6.1 COSAC underlines the strategic importance of the continued European Union enlargement process and welcomes Iceland's application for membership. Recognising that a clear membership perspective is a major incentive for reform, COSAC stresses the necessity for the European Union to stand by its commitments and established principles in this area, particularly the requirement to fulfil the Copenhagen Criteria for accession. COSAC notes with satisfaction recent positive developments in already ongoing enlargement negotiations.